

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

PARECER N.º 84/2017

PROTOCOLO: 1639192

INTERESSADO: MARCELINO ERASMO DOS SANTOS

I - OBJETO

Em atendimento às competências deste Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno consoante o estabelecido na Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006, apresentamos os resultados da análise do processo de dispensa de licitação amparado pela Lei 8.666/93, em seu art.24, IV, referente **AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS (TAMAHO G) para o paciente MARCELINO ERASMO DOS SANTOS** para dar cumprimento à determinação judicial nos autos da Ação proposta pelo Ministério Público do Pará – nº 0037433-56.2014.8.14.0301-TJE.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006 (Sistema de Controle Interno).

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas gerais de Direito Financeiro).

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Licitações e Contratos Administrativos).

Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1999 (Improbidade Administrativa).

III–DA ANÁLISE

Eu, Juliane Gonçalves Pantoja, brasileira, casada, contadora, portadora da Carteira de Identidade nº 018643/O-0/CRCPA, responsável pelo Controle Interno da Secretaria Municipal de Saúde de Belém – NCI/SESMA nomeada nos termos do Decreto nº 81.765/2015 – PMB, de 15 de janeiro de 2015, declaro para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO nº 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisei integralmente o Processo nº **1639192**, referente **AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS (TAMAHO G) para o paciente MARCELINO ERASMO DOS SANTOS** para dar cumprimento à determinação judicial nos autos da Ação proposta pelo Ministério Público do Pará – nº 0037433-56.2014.8.14.0301-TJE.

Com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos correlatos, pelo que declaro, ainda, que o referido processo se encontra revertido de todas as formalidades legais, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

Os exames foram realizados por meio de análises de documentos em estrita observância às normas de controle interno aplicável ao Serviço Público Municipal.

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

Após a verificação e análise do processo de Dispensa de Licitação, constatou-se a **conformidade** dos procedimentos administrativos e legais, estando de acordo com o determinado pela legislação de licitação.

No que consiste a análise documental, encontrou-se: Ofício nº 1.210/2016 – SPC/SEMAJ/PMB; Receituário; Laudo Médico; Cópia do Processo nº 0037433-56.2014.8.14.0301-TJE; certificação do Núcleo de Contratos quanto a empresa que ganhou a licitação para aquisição de fraudas que a mesma esta sob apuração de descumprimento contratual e possível penalidade aberto o protocolo de nº 1657135; Cotação de preços nº 19/2017 com seu respectivo mapa comparativo, com o critério total do menor preço a empresa vencedora foi ARQUIMED C J A PARENTE (CNPJ: 83.646.307/0001-91) no valor de R\$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais); Dotação orçamentária informada pelo FMS de acordo com a característica de despesa e parecer jurídico nº 287/2017 – NSAJ/SESMA, favorável a aquisição com o fundamento no art.24, inc.IV da Lei nº 8.666/93.

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Face ao exposto, encaminhamos ao GABS para conhecimento, ratificação e providências que o caso requer.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Belém-PA, 02 de março de 2017.

JULIANE GONÇALVES PANTOJA

Coordenadora do Núcleo de Controle Interno – NCI/SESMA.